



XII Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade"



20 a 22 de Setembro de 2018 São Cristóvão/SE/Brasil

ISSN: 1982-3657 | PREFIXO DOI 10.29380

Recebido em: **17/07/2018**

Aprovado em: **24/07/2018**

Editor Respo.: **Veleida Anahi - Bernard Charlort**

Método de Avaliação: **Double Blind Review**

Doi: <http://dx.doi.org/10.29380/2018.12.04.15>

EDUCAÇÃO ESPECIAL E OS DESAFIOS DA INCLUSÃO ESCOLAR

EIXO: 4. EDUCAÇÃO E INCLUSÃO

ELIZABETE APARECIDA DE CARVALHO

reabilitação (a constituição das equipes de reabilitação/ educação especial). (FERREIRA, :

No Brasil, em meados da década de 90, começaram as discussões em torno de um novo modelo de atendimento. Um novo paradigma surge como uma reação contrária ao processo de integração. Assim, o movimento pela inclusão requer a participação de educadores e outros profissionais, ligados ou não, à pessoa com deficiência, em concordância com o ideal de que

Para falar sobre Educação Especial e inclusão escolar é preciso repensar o sentido que se está atribuindo e resignificar o processo de construção de todo o indivíduo, compreendendo a complexidade e amplitude que envolvem

O presente artigo tem por objetivo apontar as mudanças ocorridas na atualidade referente ao processo de inclusão escolar e os impactos trazidos à escola devido ao atendimento específico que essas pessoas têm direito.

2. EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO ESCOLAR

Ao longo dos tempos, a pessoa com deficiência, foi discriminada e isolada da sociedade. Uma grande maioria dos pais que quisessem que seu filho ou filha vivesse em sociedade, sabiam que eles seriam rejeitados nos mais diversos ambientes. “A criança com deficiência congênita ou adquirida durante o nascimento, à criança começa a enfrentar seus primeiros problemas com seus pais”.

A ideia de uma sociedade inclusiva se fundamenta numa filosofia que reconhece e valoriza a diversidade da sociedade. Partindo desse princípio e tendo como horizonte o cenário ético dos Direitos Humanos, observa-se a busca por todas as oportunidades, independentemente das peculiaridades de cada indivíduo.

A educação é um direito de todos, evidenciado na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), na Conferência de Salamanca (1994) começou a ser reafirmado o compromisso em prol da educação para todos em escolas regulares, a ser prestado, ou seja, buscar educar todas as crianças e adolescentes, independente das diferenças.

São vários os documentos que asseguram o atendimento aos alunos com deficiências, dentre eles destacamos as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9394/96), o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), dentre outros.

Para que a inclusão escolar se efetue, não basta estar garantida na legislação, mas demanda modificações profundas que devem ocorrer para receber os alunos com deficiência e desenvolvê-los de forma eficaz, ou seja, é preciso contar com profissionais que irão recebê-los. Essas mudanças deverão levar em conta o contexto sócio-econômico e deve proporcionar uma educação de qualidade a todos os alunos. (Bueno, 1998).

A Educação Especial passa, no final do século XX e início do século XXI, por grandes reformulações, crises e mudanças que intensifica o processo de exclusão e que o termo “excepcional” passa a ser utilizado. Portanto, a história da Educação Especial é o resgate das diferentes formas de se entender a deficiência e, portanto, seus paradigmas de atendimento.

A Educação Especial diz respeito ao atendimento específico de pessoas portadoras de necessidades especiais em instituições de ensino, inserindo portadores e não portadores de necessidades especiais em salas de aula de escolas comuns (MANTOAN, 2007).

O papel da Educação Especial é de grande importância dentro da perspectiva de atender as crescentes exigências da busca incessante da democracia, que só será alcançada quando todas as pessoas tiverem acesso à educação e à formação de sua plena cidadania.

A partir das décadas de 80 e 90, novos horizontes se abriram e neste movimento, a Constituição Federal (1988), e a Declaração de Salamanca (1994), surgiram para garantir a inclusão social e escolar às pessoas com deficiência, direitos garantidos, ou seja, direito à educação, a dignidade, autonomia individual e igualdade de oportunidades.

Todo indivíduo tem direito a ser incluído na escola e na sociedade, pois na atualidade, as diferenças são bem mais aceitas, onde ter um deficiente na família era vergonhoso e até mesmo considerado um castigo divino. Hoje incluir é acima

Mantoan (1996, p. 17) sugere a inclusão como forma de inovação da escola, “[...] a Inclusão não prevê a utilização desta ou daquela deficiência. Os alunos aprendem até o limite em que conseguem chegar”.

Atualmente as escolas atendem um grande número de alunos com diferentes tipos de deficiências, existem casos de promover mudanças e construções para todos e acabam realizando somente a integração desse aluno, ao invés

Para que o educador da escola regular consiga realizar o trabalho dentro de uma proposta inclusiva, segundo Grando (2004) deve contar com o respaldo de uma direção escolar e equipe pedagógica que adotem uma proposta de gestão participativa.

Construir uma escola inclusiva vai muito além do discurso sobre igualdade e inclusão, que muitas vezes ouvimos, pois estamos acostumados com a homogeneidade, enraizados no modelo escolar tradicional. Nessa perspectiva Favero destaca que,

A inclusão é um desafio, que ao ser devidamente enfrentado pela escola comum, proporciona um crescimento profissional para o educador, pois para que os alunos com e sem deficiência possam exercer o direito à educação, é necessário que o educador aprimore suas práticas, a fim de atender às diferenças. Esse aprimoramento é necessário e deve ser realizado sem tirar dela o proveito desejável, tendo comprometido um tempo que é necessário para o desenvolvimento (FÁVERO, 2004, p.30).

Compreender que o aluno com deficiência, hoje inserido no ambiente escolar, é parte fundamental para que se a educação inclusiva hoje está mal amparada de informações importantes e muitos educadores, diretores e pais, ainda, de outros, no sentido de que aprendam no mesmo ritmo, desrespeitando assim seus direitos e limites, principalmente quando se trata de uma criança com deficiência grave, na maioria das vezes, o aluno fica “esquecido” na sala de aula e no espaço escolar.

A palavra incluir significa abranger, compreender, somar e é nisso que deve se pensar quando se fala em inclusão, pois é a ela o direito de ter as mesmas experiências, é aceitar o diferente e também aprender com ele.

De acordo com a UNESCO (2007), a origem do conceito de Escola Inclusiva deu-se em decorrência de uma mudança de paradigma, de uma pedagogia centrada na criança, capaz de educar a todas, inclusive aquelas com desvantagens severas. As características da educação inclusiva são:

A Educação Inclusiva é hoje realidade que tem como características apoiar a todos: professores, pais, pessoal administrativo e o aluno, para que tenhamos sucesso na corrente educativa.

Então, para pensar a escola que se frequenta, tem que pensá-la como fazendo parte de um todo, um meio em que todos aprendem juntos.

Faz-se necessário internalizar que a escola é para e da comunidade e que:

A escola inclusiva é um sistema de educação e ensino onde os alunos com necessidades especiais, são educandos da escola do bairro, em ambientes de salas de aula regulares oferecidas como ensino e apoio de acordo com as necessidades apropriadas para a sua idade (características individuais). (SKLIAR, 2003, p. 25).

Fávero (2004) por sua vez, diz que inclusão

significa, antes de tudo, ‘deixar de excluir’. Pressupõe que todos façam parte de uma mesma sociedade. Portanto, ‘deixar de excluir’ a inclusão exige que o Poder Público e a sociedade em geral ofereçam condições para que todos possam aprender juntos. (FÁVERO, 2004, p. 38)

A Educação Inclusiva ainda está se difundindo no contexto escolar. Para que se torne efetiva é preciso que haja a participação de todos os profissionais envolvidos no processo educativo, melhorias na rede física, materiais pedagógicos apropriados e formação continuada dos educadores.

de uma rede de apoio que complemente o trabalho do professor da sala regular.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no artigo

Os sistemas de ensino devem matricular todos os estudantes, cabendo às escolas org necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para um (BRASIL, 2001).

São objetivos da Política Nacional de Educação Especial, na Perspectiva Inclusiva (BRASIL, 2008):

- Assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, adaptando currículos, materiais e sistemas de ensino para;
- Garantir o acesso de todos os alunos ao ensino regular (com participação, aprendizagem e desenvolvimento);
- Oferecer o Atendimento Educacional Especializado;
- Formar professores para o AEE e demais professores para a inclusão;
- Prover acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, comunicações e informáticas;
- Estimular a participação da família e da comunidade;
- Promover a articulação intersetorial na implementação das políticas públicas educacionais.

Cabe às escolas regulares, garantir o acesso dos alunos, público alvo da Educação Especial, nas classes com educação especial, contemplar a organização curricular flexível, valorizar o ritmo de cada aluno, avaliar suas necessidades educacionais especiais e oferecer o Atendimento Educacional Especializado (AEE), além de promover a participação da família no processo educacional.

O AEE é um serviço da Educação Especial que identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que possibilitem a participação dos alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas atividades escolares, considerando as necessidades específicas de cada um. O AEE é realizado em salas de aula de ensino regular, embora suas atividades se diferenciem das realizadas em salas de aula de ensino regular. (BRASIL, 2009)

O paradigma da inclusão vem ao longo dos anos, buscando a não exclusão escolar e propondo ações que visem a superar as deficiências nas escolas regulares. No entanto, o paradigma da segregação é forte e enraizado nas escolas e os desafios de se trabalhar com os alunos com deficiências, principalmente as consideradas graves, carregam consigo barreiras que os afastam das salas regulares.

A garantia de ambientes escolares inclusivos exigem novas reflexões que devem ser realizadas no âmbito da organização e participação do ensino, garantindo e melhorando o atendimento às pessoas com deficiência, em uma sociedade inclusiva, na qual as oportunidades sociais sejam garantidas a todos os cidadãos.

A escola regular poderá ser considerada inclusiva quando reconhecer e respeitar as especificidades/diferenças de todos e adotando novas práticas pedagógicas que garantam a inclusão de todos nas atividades desenvolvidas na escola. As práticas pedagógicas vão além das salas de aula, porém para termos uma escola regular verdadeiramente inclusiva, o educando precisa que ele possa tirar proveito da experiência educacional vivida..

3. A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA ESCOLA REGULAR E O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

A Inclusão na escola regular ainda é um assunto divergente, não se tem um único método, ou fórmula para ter êxito.

conceitos e reavaliações educacionais sobre como ensinar e como aperfeiçoar os docentes para esse tipo de alcançar os objetivos que Política da Educação Inclusiva (2008) propõe.

A LDBEN/96 fala de igualdade, respeito, qualidade dos direitos, e cabe a todos nós cumprir ou cobrar o seu realmente atendidos na sociedade e na escola, pois tratar da educação para todos não é tarefa fácil e requer acei

De acordo com MANTOAN (2005):

Inclusão é a nossa capacidade de entender e receber o outro e, assim, ter o privilégio de
A educação inclusiva acolhe todas as pessoas, sem exceção. É para o estudante com def
para os superdotados, e para toda criança que é discriminada por qualquer outro moti
cinema, no ônibus e até na sala de aula com pessoas que não conhecemos. Já inclusão é
96).

O sucesso da inclusão escolar está, primeiramente, em aceitar o aluno com deficiência, com algum tipo de trans talento e as predisposições atuais do aluno. As deficiências, as dificuldades, limitações ou superdotações pr processo de ensino. As escolas devem inovar seu Projeto Político Pedagógico (PPP) e nele deve contemplar prop

A Política da Educação Inclusiva (2008), enquanto política pública, tem sustentado novas propostas no campo da profissionais para atuarem na área, organização dos serviços e as características dos alunos que compõe este u educação inclusiva, é necessário que os sistemas de ensino garantam formação continuada aos docentes contem

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96

(LDBEN)

1º- Haverá, quando necessários serviços de apoio especializado na escola regular par especial. 2º- O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços e especificas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino re

3º- A oferta de educação especial, dever constitucional do estado, tem como inicio na infantil." (BRASIL, cap. V, art. 58).

Posto isso, destacamos que não basta apenas inserir um aluno com deficiência, transtorno ou superdotação na e pedagógicas desenvolvidas, em função das especificidades de cada educando para que o objetivo proposto na LI

A Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (SEESP/MEC, 2008) assegura o escolas regulares, os alunos com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento (TGD) e com al Educacional Especializado (AEE), promovendo o acesso e as condições para uma educação de qualidade.

inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e alta ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e transversalidade da modalidade educação especial desde a educação infantil até o especializado. (BRASIL, 2008, p. 14)

As Diretrizes Operacionais da Educação Especial (2008) aponta que os professores devem ter uma formaçã formação específica na educação especial, inicial ou continuada para atuação no AEE. São de responsabilidade d

a. Identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acess específicas dos alunos público-alvo da educação especial;

- b. Elaborar e executar plano de atendimento educacional especializado, avaliando a função de acessibilidade;
- c. Organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncionais;
- d. Acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade em outros ambientes da escola;
- e. Estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos;
- f. Orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados;
- g. Ensinar e usar recursos de Tecnologia Assistiva, tais como: as tecnologias da informação e comunicação, a informática acessível, o soroban, os recursos ópticos e não ópticos, os recursos de orientação e mobilidade entre outros; de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação.
- h. Estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando a disponibilização das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades e recursos;
- i. Promover atividades e espaços de participação da família e a interface com os serviços de apoio especializado (BRASIL, 2008).

Batista e Mantoan (2006), nos mostra que o AEE é um atendimento complementar e envolve um trabalho diferenciado exclusivamente para a especificidade de cada aluno, devendo proporcionar o desenvolvimento e a superação do “atendimento”, pois se diferencia do ensino da escola regular.

O atendimento educacional especializado não deve ser uma atividade que tenha como objetivo desenvolver conteúdos acadêmicos, tais como a língua portuguesa, a matemática dentro do currículo regular. Deve desenvolver o conhecimento que permite ao aluno a leitura, a escrita e a quantificação sem o compromisso de sistematizar essas noções, como é o objetivo da escola. (BATISTA, 2008, p.11)

Para alcançar os objetivos do AEE é preciso que, além de materiais específicos e salas equipadas para o atendimento de alunos com deficiências, que os professores tenham formação especializada para atuarem na educação especial, conforme determina a legislação.

Essa formação possibilita a sua atuação no atendimento educacional especializado, seja nas salas comuns do ensino regular, nas salas de recursos, nos centros de atendimento de acessibilidade das instituições de educação superior, nas classes hospitalares e nos cursos de educação especial. (BRASIL, 2008, p.11)

Garantir uma escola inclusiva, que acolha e trabalhe com alunos com os diferentes tipos de deficiências e transtornos e inclusão, que muitas vezes ocorre nas escolas. É preciso romper com o desejo de homogeneidade, enraizado na cultura da aceitação e respeito às diferenças, e aprimorar as práticas pedagógicas. Nessa perspectiva Favero destaca que,

A inclusão é um desafio, que ao ser devidamente enfrentado pela escola comum, proporciona o desenvolvimento dos alunos com e sem deficiência possam exercer o direito à educação. Para isso, é necessário que a escola comum aprimore suas práticas, a fim de atender às diferenças. Esse aprimoramento é necessário e deve ser realizado sem tirar dela o proveito desejável, tendo comprometido um tempo que é destinado ao desenvolvimento (FÁVERO, 2004, p.30).

A proposta da Educação Inclusiva não é apenas colocar os alunos com deficiência, TGD e altas habilidades/superdotação, isso é o suficiente. Cabe à escola regular reconhecer as diferenças dos alunos diante do processo educativo e buscar o que acontecer é preciso que a escola adote novas práticas pedagógicas.

Sanchez (2005), ao tratar da educação inclusiva afirma que:

Esta visa apoiar as qualidades e necessidades de cada um e de todos os alunos da heterogeneidade do alunado como uma questão normal do grupo/classe e pôr em marcha utilizar os diferentes níveis instrumentais e atitudinais como recursos intrapessoais e interpessoais (Sanchez 2005, p.12).

Para se alcançar resultados positivos no trabalho educativo com a pessoa com deficiência é necessário, prioritariamente, tenham em mente que o objetivo da Educação Inclusiva é propiciar a participação efetiva de todos os alunos independentemente de suas características individuais, e que todos podem contribuir para o desenvolvimento pleno.

Tendo em vista essa meta a ser alcançada, Beyer (2006), afirma que:

O desafio é construir e por em prática no ambiente escolar uma pedagogia que consiga atender os alunos cujas situações pessoais e características de aprendizagem são diferentes. Tudo isto sem demarcações, preconceitos ou atitudes nutridoras dos indesejados estigmas escolares, uma conscientização crescente dos direitos de cada um (BEYER 2006, p. 76).

Portanto é essencial que o poder público, Federal, Estadual e Municipal, garantam Políticas Públicas para que ofereçam uma educação de qualidade para todos, não como um favor, mas sim como um direito de todos, como previsto na CF/88 e na LDBEN/96.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas últimas décadas, a temática da educação inclusiva está descrita em muitas legislações, garantindo às pessoas com altas habilidades, muitos direitos que lhes eram negados no passado, e um destes direitos é o da educação em suas salas regulares esses educandos e garantir-lhes avanços nos aspectos cognitivos e também na interação social.

Para que o processo de inclusão dos alunos, público alvo da Educação Inclusiva, tenha sucesso, é preciso que nas salas regulares e dos professores de AEE, que o trabalho nas escolas regulares seja feito com seriedade e comprometimento no processo educativo.

Ao professor de sala de aula regular, cabe a tarefa de preparar atividades e materiais a serem usados com esses alunos, interpretar, enfim, atividades que desenvolvam os processos cognitivos de acordo com a necessidade de cada um.

O professor especializado é um grande contribuinte no processo educacional, pois o mesmo desenvolverá junto com o professor de sala de aula regular, colocando em prática as metodologias específicas ao aluno com deficiência, para que ele possa se desenvolver plenamente.

É relevante focar na formação profissional do educador e aprofundar as discussões teóricas e práticas, proporcionar ensino e aprendizagem. É necessário também assessorar o educador para que esses consiga resolver os problemas que possam beneficiar todos os alunos. Os currículos e metodologias precisam ser flexíveis, levando em conta os interesses, suas ideias para que se obtenha êxito no processo de ensino e aprendizagem.

Incluir os alunos com deficiências nas escolas regulares, em salas de aulas comuns e em todos os segmentos da qual tipo de deficiência cada um apresenta. O importante é dar a eles oportunidades para que se sintam respeitados em todos os espaços onde convivem.

Alcançar os objetivos definidos para a Educação Inclusiva requer mudanças nas concepções, nas atitudes e no funcionamento da instituição escolar, e, principalmente das instituições governamentais, em âmbito de políticas sociais e educacionais. A educação seja, realmente, responsabilidade de todos.

Concluindo, ainda falta muito para podermos afirmar que o Brasil tem um ensino inclusivo de qualidade, principalmente em relação à diversidade cultural, à qualificação dos profissionais da educação envolvidos no processo, às adequações físicas e pedagógicas além da participação e empenho da família e de toda a sociedade para que as pessoas com deficiências sejam incluídas em todos os espaços.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Cristina Abranches Mota & MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Educação inclusiva: atendimento educ** MEC/SEESP, 2006.

BEYER, H. O. **Da integração escolar à educação inclusiva: implicações pedagógicas**. In: BAPTISTA, C. R. Porto Alegre: Mediação, 2006. p. 73 -81.

BRASIL, **Constituição – 1988: República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

_____, **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNES

_____, Ministério da educação. **Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 9394 de 20 de dezembr

_____, **Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Diretrizes Nacionais para a Educação** 2001.

_____. **Deficiência Mental**. Adriana L. Limaverde Gomes et al. São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

_____, **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEES

_____, **Diretrizes Operacionais do Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modali**

COMITE DE AJUDAS TECNICAS, CAT, **Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da Republica (SDH/F**

FÁVERO, Eugênio Augusto Gonzaga. **Direito das pessoas com deficiência: Garantia de igualdade na diversid**

FERREIRA, Windyz B. **Inclusão X Exclusão no Brasil: reflexões sobre a formação docente dez anos após** Educação: doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Sammus, 2006.

FERREIRA, Júlio Romero. **Educação especial, inclusão e política educacional: notas brasileiras**. In: **dozeolhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006.

JANNUZI, G. **A luta pela educação do deficiente mental no Brasil**. Campinas, São Paulo:Editores Associados,

